


OS PRIMÓRDIOS DO TÊNIS DE MESA FEMININO EM SÃO PAULO (1902-1952)

Recebido em: 13/05/2022

Aprovado em: 28/11/2022

Licença: 

*Marco Bettine Almeida*¹

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo – SP – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0632-2943>

*Gustavo Kenzo Yokota*²

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo – SP – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6685-9518>

RESUMO: Este trabalho objetiva reconstituir os primórdios do tênis de mesa feminino em São Paulo, abarcando os primeiros registros de manifestações de mulheres na modalidade até a estreia de uma jogadora paulista em competições internacionais. Como fonte de pesquisa, adotou-se os jornais de época, os quais registraram nomes, datas e agremiações pioneiras que ainda não fazem parte da historiografia oficial. Constatou-se que as mulheres foram alijadas por quase quatro décadas das principais entidades regulamentadoras da modalidade, tendo sua participação inicial no tênis de mesa feminino restrita a amistosos particulares e eventos elitizados.

PALAVRAS-CHAVE: Tênis de mesa. História. Mulheres.

THE BEGINNINGS OF WOMEN'S TABLE TENNIS IN SÃO PAULO (1902-1952)

ABSTRACT: This work aims to reconstruct the beginnings of women's table tennis in São Paulo, covering the first records of women's manifestations in the sport until the debut of a player from São Paulo in international competitions. As a source of research, newspapers of the time were adopted, which recorded names, dates and pioneering associations that are not yet part of the official historiography. It was found that women were excluded for almost four decades from the main regulatory entities of the sport, with their initial participation in women's table tennis restricted to private friendlies and elite events.

KEYWORDS: Table tennis. History. Women's.

¹ Professor Livre Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

² Estudante do Curso de Educação Física e Saúde na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH - USP), e de Relações Internacionais na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP).

Introdução

A história sempre é escrita por aqueles que detêm a hegemonia cultural, simbólica, econômica ou até mesmo militar durante um determinado período. Cabe aos pesquisadores, ao estudar o passado, atentar-se às fontes e a quem interessa o desfecho compartilhado como verdade, pois sempre haverá fatos não contados e personagens não mencionados. De modo geral, não é preciso ir muito além para compreender como esse jogo de dominação se dá na prática, afinal, basta debruçarmo-nos sobre o tema gênero, por exemplo, para reconhecer que há lacunas na trajetória das mulheres, as quais sempre figuraram como coadjuvantes nos principais acontecimentos esportivos. Aproveitando-se da estrutura patriarcal e heteronormativa herdada por séculos (e cultivada até os dias atuais), o gênero masculino se beneficiou em detrimento do gênero feminino, de modo que, muito do que nos é apresentado hoje como história, pauta-se em documentos que foram produtos dos próprios homens, antigos detentores do monopólio do texto.

Não surpreende que as mulheres também tenham seus nomes pouco registrados na historiografia oficial do esporte moderno. Relatos e documentos que tratem especificamente de seus feitos nesse fenômeno sociocultural são insuficientes, de modo que qualquer esforço para revisitar o passado depara-se com muitos problemas. As causas disso têm origens bem definidas, afinal, desde meados do século XVIII, quando surgiram as primeiras atividades físicas semiestruturadas nas *public schools* da Inglaterra, o futuro campo esportivo não fugiu à regra: tratava-se de um ritual restrito a “cavalheiros”. Mais adiante, corroborando com a mesma dinâmica, a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Modernidade (1896) também contou apenas com homens, símbolos de força e coragem, enquanto as mulheres, consideradas frágeis e delicadas, estiveram presentes no evento como meras espectadoras, ou quando muito, como responsáveis por coroar os vencedores (OLIVEIRA; CHEREN; TUBINO, 2008).

Temia-se que a participação feminina iria vulgarizar o evento, ou ainda que a prática de atividades físicas vigorosas iria masculinizar seus corpos.

Segundo a pesquisadora Silvana Goellner, havia também outros significados que rondavam a mulher inserida no esporte:

(...) a concepção de que o suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, abrandariam os limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Além disso, poderiam desestabilizar a estruturação de um espaço de sociabilidade criado e mantido sob domínio masculino, cuja justificativa para sua consolidação, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas (GOELLNER, 2005a, p.144).

Desse modo, é possível afirmar que o esporte moderno naturalizou normas diferentes aos sexos, pois, pautado no determinismo biológico, legitimou a participação dos homens em diferentes modalidades, ao passo que excluiu as mulheres das mesmas ocasiões. Foi somente a partir das primeiras décadas do século XX que elas passaram a ter mais visibilidade nesse espaço tido como “essencialmente” masculino (GOELLNER, 2005a), sobretudo no Brasil. Cabe pontuar que, embora tais conquistas femininas só tenham comumente se efetivado às custas de muita luta e resistência, cada modalidade teve suas especificidades, cujas cronologias nem sempre estiveram alinhadas com o restante do mundo. Algumas modalidades tradicionais já contam com diversos estudos que permitem olhares cada vez mais esclarecidos da historiografia oficial, como por exemplo, o futebol. Do outro lado, há modalidades não tradicionais que possuem um passado ainda pouco explorado, o que dá margens para interpretações sem base conceitual que, como dito, silenciam e apagam ainda mais as mulheres. Enquadra-se no grupo em questão o tênis de mesa, tema central deste artigo.

O tênis de mesa é uma modalidade que, como veremos adiante com maiores detalhes, desembarcou no Brasil há mais de um século na cidade de São Paulo. Hoje, embora continue distante dos holofotes, consolidou-se um divertimento acessível que

pode ser encontrado em diferentes espaços recreativos do nosso país. Segundo inferências do Atlas do Esporte, são aproximadamente 12 milhões de praticantes amadores, o que o caracteriza como uma modalidade extremamente popular (DACOSTA, 2006). Apesar disso, é no mínimo curioso que não existam estudos destinados à sua história no Brasil.

Ao analisar o passado do tênis de mesa brasileiro com base em sua escassa historiografia oficial, a qual consiste no conjunto de informações e documentos disponibilizados pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, nota-se como apenas acontecimentos envolvendo homens são destacados. No *website* oficial da entidade regulamentadora há uma linha do tempo que começa em 1905 e termina em 2020, mas as primeiras mulheres só são mencionadas a partir de 1990, quando Monica Doti, Carla Tibério, Edna Fuji e Marta Massuda disputaram os Jogos Sul-Americanos daquele ano (CBTM, 2022a). Já no Guia do Tênis de Mesa, de autoria da mesma entidade regulamentadora, consta que as mulheres disputaram pela primeira vez o Campeonato Brasileiro de Equipes em 1946 (CBTM, 2022b). Trata-se da informação mais antiga sobre jogadoras brasileiras de tênis de mesa na historiografia oficial, de modo que não foi possível localizar nenhuma fonte que trate do que aconteceu antes disso, seja em produções acadêmicas, seja nas informações e documentos disponibilizados pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa.

Diante do que foi apresentado no parágrafo anterior, conclui-se que pouco se sabe sobre a prática feminina durante a primeira metade do século XX, mas é improvável que seu início tenha se dado apenas nos anos 40, como sugere a historiografia oficial. Sendo assim, este trabalho objetiva reconstituir os primórdios do tênis de mesa feminino em São Paulo, período que abarca desde os primeiros registros de manifestações de mulheres na modalidade, até a estreia de uma jogadora paulista em

competições internacionais. Tal recorte histórico permite esclarecer quem foram, quando surgiram e a quais agremiações estavam filiadas essas mulheres, pioneiras no tênis de mesa de São Paulo. Além disso, também permite elucidar o processo de transição das disputas privadas para as competições das entidades regulamentadoras, algo que se deu com muito atraso em comparação aos homens. Trata-se de um tópico necessário para resgatar e preservar a memória de mulheres, evitando assim o esquecimento de seus nomes, feitos e conquistas. Ao preencher tal vácuo, também é possível tomar conhecimento das circunstâncias em que ocorreram os referidos episódios, das especificidades do tênis de mesa, dos significados da participação feminina na modalidade, além de outros detalhes pertinentes.

Para tanto, as investigações partiram de uma abordagem qualitativa e exploratória, com procedimentos de pesquisas documentais e bibliográficas nos seguintes jornais da época: *Correio Paulistano* e *Estado de São Paulo*, todos disponíveis no *website* da Hemeroteca Digital ou no acervo online do Estadão³. Limitando-se à imprensa como principal fonte histórica, vale pontuar que tais jornais atendiam a diferentes interesses econômicos, políticos e ideológicos, portanto é preciso cautela e contextualização ao analisar as informações encontradas. De todo modo, ainda que a imprensa tenha corroborado com o apagamento e silenciamento do esporte feminino, ao passo que reforçou ideias heteronormativas enraizadas no imaginário coletivo, trata-se de uma das maneiras de revisitar o passado. Sendo assim, este artigo não espera reproduzir acontecimentos sem questionar o discurso adotado por cada um dos periódicos, mas, sim, empregar-lhes uma visão crítica e problematizadora que busca

³ Os websites da Hemeroteca Digital e do Estadão, com seus ricos acervos de periódicos de época, possibilitaram a busca de notícias a partir de palavras-chave relacionadas com o tema deste trabalho. Ambos estão disponíveis em, respectivamente: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>; <https://acervo.estadao.com.br/>.

contar um outro lado da história, e, porque não, formular significados que permitam uma compreensão mais profunda do presente.

Os Primeiros Registros do Tênis de Mesa Feminino (1902-1919)

O tênis de mesa foi criado ao final do século XIX na Inglaterra, provavelmente como uma adaptação divertida do tênis de campo para ambientes fechados em tempos de frio. De início, diversas improvisações eram aceitas no novo jogo: as raquetes podiam ser de madeira, papelão e papel de vidro, revestidas com pergaminhos, lixa e tecido, enquanto as bolas, por sua vez, eram de cortiça ou de borracha preenchida por ar, o que produzia quiques irregulares de difícil devolução (UZORINAC, 2001). Uma guinada de popularidade se deu com a descoberta das bolas de celulóide, um material que tornava os lances mais padronizados. A partir de então, com os nomes de *Ping-Pong*, *Table Tennis*, *Whiff Waff*, *Parlor Tennis*, *Indoor Tennis*, *Pom-Pom*, *Pim-Pam*, *Netto*, *Clip-Clap*, *Tennis de Salon* e *Gossima*, o jogo chegou a diferentes cantos do mundo (ITTF, 2020a).

Em 1903 temos as primeiras informações a respeito da vestimenta ideal para a prática do jogo. Um texto publicado naquele ano aconselhava os homens a não utilizar ternos e shorts rígidos, os quais poderiam dificultar a mobilidade durante as jogadas, enquanto para as mulheres a dica era evitar os vestidos de cetim branco (UZORINAC, 2001). No mesmo texto havia também as primeiras descrições sobre raquetes, empunhaduras e fundamentos técnicos. Competições para homens e mulheres já eram promovidas no continente europeu, de modo que o jogo se estabeleceu desde o princípio como uma prática socialmente aceita a ambos os sexos, similarmente ao ocorrido com o tênis de campo.

De 1904 em diante a mania do *Ping-Pong* começou a entrar em declínio nos círculos britânicos (ITTF, 2020a), mas seguia em alta nos países da Europa Central. Até

1910, destacava-se a pioneira Áustria, que dispunha de diversas jogadoras habilidosas, tais como T. Wildam, considerada a melhor do mundo à época (UZORINAC, 2001). Com a deflagração da I Guerra Mundial (1914-1918) o *Ping-Pong*, no continente europeu, entra em decaimento, motivo pelo qual a prática de raquetes voltaria à cena somente depois do armistício. Em 1922, a Inglaterra retomou o seu processo de regulamentação e finalmente estabeleceu normas padronizadas (ITTF, 2020a).

Em janeiro de 1926, países que estavam alinhados com o desenvolvimento da prática de raquetes, tais como Inglaterra, Áustria, Tchecoslováquia, Suécia, Hungria, Alemanha, Dinamarca, País de Gales e Índia (único país não europeu a marcar presença), reuniram-se para fundar a Federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF), cuja presidência caberia meses depois ao influente Ivor Montagu (UZORINAC, 2001). Em dezembro de 1926, na emblemática cidade de Londres, ocorreu um evento entre os países já mencionados que seria designado como o primeiro Campeonato Mundial de Tênis de Mesa. Este evento contou com a participação de mulheres nas categorias individual e duplas mistas, tendo tido como destaque a húngara M. Mednyánszky que levou duas medalhas de ouro (ITTF, 2020b). A mesma jogadora repetiria o título individual na edição de 1928, quando a categoria de duplas femininas também foi instituída. A única diferença em relação aos sexos se dava no número de sets: homens disputavam partidas melhor de 5 sets, enquanto as mulheres, melhor de 3 sets.

No que se refere ao Brasil, não se sabe ao certo se foram os ingleses ou a elite paulistana retornando do exterior, mas tudo indica que o tênis de mesa desembarcou primeiro em 1902, na cidade de São Paulo.⁴ Inicialmente, o nome que mais se

⁴ Os primeiros anúncios sobre a prática de raquetes datam de 1902, sempre relacionados a uma divertida novidade. Além disso, as notícias dos jornais consultados dão a entender que o primeiro estabelecimento a vender conjuntos do jogo *Ping-Pong* na capital paulista foi a Casa Fuchs, uma tradicional loja de produtos importados, tais como equipamentos esportivos.

popularizou foi *Ping-Pong*, tido como um novo “jogo da moda” (ANNUNCIOS, 1902). É importante pontuar que, nos anos 20, com um *status* mais sério e competitivo, a prática passaria a ser chamada de “pingue-pongue”, mas somente com a entrada dos anos 40, em alinhamento com as normas da ITTF, adotou-se oficialmente a nomenclatura “tênis de mesa”.

Em São Paulo, no ano de 1903 já era organizado o primeiro “concurso” no elitizado Clube Atlético Paulistano, cuja sede ficava na Rua Boa Vista, 48. Diferentemente do que ocorria no seu continente de origem, apenas homens parecem ter se envolvido nas primeiras competições internas de tênis de mesa, de modo que as poucas menções às mulheres se restringiam aos assentos da torcida.

Embora existisse desde 1910 uma entidade regulamentadora chamada Liga Paulista de Ping-Pong, durante as duas primeiras décadas do século XX a única referência encontrada sobre as mulheres se deu no dia 12 de setembro de 1915, quando *O Estado de São Paulo* noticiou uma reunião “íntima” da Associação Atlética São Paulo. A programação diferenciada prometia entreter seu privilegiado público com “*pillow fight*” (guerra de travesseiros), “*water polo*”, *chasse au canard* (caça ao pato – jogo de tabuleiro) e *Ping-Pong*, jogos de origem inglesa onde as disputas ocorriam entre turmas mistas de sócios e sócias. Sendo assim, naquele momento a inserção das mulheres no tênis de mesa se dava apenas de maneira não oficial, por trás dos bastidores e em encontros descontraídos. Por outro lado, os homens disputaram ao longo de toda a década competições da Liga Paulista de Ping-Pong representando clubes como o São Paulo Football Club, Victoria Atlético Club, Atlético Mackenzie College e Associação Cristã de Moços.

Em São Paulo, As Mulheres Entram em Cena (1920-1929)

A São Paulo dos anos 20 vivia um despreparado processo de metropolização, cujos reflexos impactavam todos os seus habitantes. Eram novos tempos que remetiam à energia e a velocidade como principais características, de modo que o corpo humano passava a ser considerado, assim como a sociedade, uma máquina passível de ser aperfeiçoada (SEVCENKO, 1992). As práticas esportivas se encaixaram perfeitamente às demandas da modernidade, pois um indivíduo adepto da educação do corpo era um indivíduo moralmente superior e mais preparado para os desafios emergentes da época. Essa nova concepção acerca das práticas esportivas também gerou impactos culturais, afinal, segundo palavras do mestre Sevcenko, naqueles “anos loucos”⁵, o esporte se tornou a moda e a moda adquiriu um acento esportivo (SEVCENKO, 1992). Vestimentas atléticas passaram a ser bem vistas, assim como as rotinas que priorizavam atividades físicas, transformadas em sinônimos de saúde. A população em geral começou a consumir o embrionário produto esporte, fosse nos jornais ou nas revistas especializadas. Eram sintomas esperados, visto que, paralelamente, multiplicavam-se os clubes recreativos e as agremiações voltadas aos encontros esportivos.

Uma das razões disso era o higienismo, que ganhava cada vez mais adesão no Brasil. Tal doutrina, baseada nos cuidados com a saúde, substituiu velhas crenças e passou a flexibilizar para as mulheres certas atividades físicas, as quais, segundo os médicos da época, podiam trazer melhores condições orgânicas para conceber seres sadios e embelezar o formato de seus corpos (GOELLNER, 2005b). Dentre os esportes onde elas tornaram-se socialmente aceitas já no início do século XX, cabe citar a

⁵ A década de 1920 ficou conhecida como o período dos “anos loucos”, assim chamados por conta das significativas transformações nos costumes, na moda, no entretenimento e na cultura da sociedade ocidental pós-guerra, sob forte influência dos Estados Unidos da América. Foi também um período de novas possibilidades de sociabilidade para as mulheres, as quais conquistaram diferentes espaços e adotaram novos comportamentos até então considerados inapropriados à figura feminina.

esgrima, hipismo e tiro ao alvo. Estes eram vistos como educativos às moças das elites, além de serem incentivados para a aquisição de habilidades necessárias aos papéis sociais da figura feminina (MELO, 2007).

Conseqüentemente, a prática esportiva, o cuidado com a aparência, o desnudamento do corpo e o uso de artifícios estéticos eram gradualmente identificados como impulsionadores da modernização da mulher e da sua auto afirmação na sociedade (GOELLNER, 2005c). Isso não significa, no entanto, que os preconceitos foram deixados de lado. Estava em curso uma mudança na maneira de interpretar o envolvimento das mulheres com o esporte: antes perigoso à forma anatômica de seus corpos, agora, em casos específicos, poderia agregar qualidades físicas e morais. Nota-se que tais ideias não estavam bem esclarecidas, razão pela qual interpretações ambíguas eram frequentes. Para as mulheres, tudo variava de acordo com a ocasião: o determinismo biológico regulava a prática de atividades com altas demandas de força, assim como a classe social ditava quais comportamentos eram aceitáveis ou não. Podemos afirmar com alguma segurança que continuava sendo um escândalo para a sociedade que elas praticassem esportes “agressivos” e com contato físico, entretanto tornava-se bem vista a sua adesão aos esportes considerados “leves” e reservados às classes abastadas. Sobre a época, nos diz a pesquisadora Silvana Goellner:

Se por um lado, havia a crítica à indolência, à falta de exercícios físicos, ao excesso de roupas, ao confinamento no lar, por outro, ampliavam-se as restrições a uma efetiva inserção feminina em diferentes espaços públicos o que, de certa maneira, cerceava alguns possíveis atrevimentos. (...) Território permeado por ambigüidades, o mundo esportivo, simultaneamente, fascinava e desassossejava homens e mulheres, tanto porque contestava os discursos legitimadores dos limites e condutas próprias de cada sexo, como porque, através de seus rituais, fazia vibrar a tensão entre a liberação e o controle de emoções e, também, de representações de masculinidade e feminilidade (GOELLNER, 2005a, p. 145).

A participação das mulheres em alguns esportes também era facilitada por motivações de ordem cultural, como nos “jogos atléticos” e “corridas a pé” (primórdios do atletismo), ou no *cricket*, todos implementados em São Paulo por clubes ingleses

(MELO, 2007). Nestes locais, o envolvimento da figura feminina como atleta acontecia comumente, mas sempre com preocupações ligadas às vestimentas ou ao nível de esforço das provas (MELO, 2007). No mesmo sentido dos exemplos anteriores, estava o tênis de campo, um esporte repleto de significados aristocráticos em que a aprovação de laços mais igualitários entre homens e mulheres brasileiras se dava pela identificação com a elegância das elites europeias, além da possibilidade de ser jogado com graciosidade, sem prejudicar a feminilidade de suas adeptas (GOELLNER, 2005c).

O tênis de mesa tinha tudo para seguir o mesmo percurso, afinal, também era um esporte tido como aristocrático, com características leves e elegantes que não demandavam contato físico. Na capital paulista, é possível que o primeiro clube a promover a prática feminina tenha sido o São Paulo Tennis Club, localizado no bairro da Liberdade. Em outubro de 1920, sabe-se que Alba Pereira dos Santos, Nair Ribeiro, Lucia Silveira Campos, Sarah Ribeiro, Dora Silveira Campos e Marina Ribeiro da Cruz disputaram um campeonato da agremiação (S. PAULO, 1920). O São Paulo Tennis Club, como sugere o nome, provavelmente era de origem inglesa e destinado ao cultivo do tênis de campo. Tais características possibilitam inferir o seu pioneirismo em flexibilizar e até mesmo promover disputas de tênis de mesa abertas a ambos os sexos, afinal, o tênis de campo tinha como particularidade uma intensa participação de mulheres (MELO, 2021).

Durante os anos que se seguiram, novas notícias mostram que o clube continuou, de maneira isolada, a promover campeonatos internos com turmas que tinham mulheres em sua composição. Ao que parece, não havia mesmo qualquer argumento prático para separá-las das disputas com os homens, afinal, em alguns casos suas pontuações eram inclusive superiores. Em abril de 1925 o São Paulo Tennis Club promoveu mais um embate entre os seus associados. Com a presença de muitos cavalheiros “acompanhados

de suas exmas”, a final daquela ocasião foi decidida entre as turmas “Branca” e “Violeta”. Esta última saiu vencedora com um placar acirrado de apenas seis pontos de diferença. Apesar da derrota, a notícia exalta a jogadora Neném Moreira, artilheira da equipe “Branca” após marcar 58 pontos, seguida do Sr. Eduardo de Mello com 57 pontos (S. PAULO, 1925a). Ainda que o tênis de mesa fosse uma prática de raquetes onde nem sempre se sobressaía a força física dos seus adeptos, era do sexo considerado “frágil” a principal jogadora de uma equipe formada por homens e mulheres, situação que colocava em xeque a suposta “natureza feminina” de incompatibilidade com os esportes em geral.

Ainda em 1925, outras novidades partiriam novamente do São Paulo Tennis Club, pois algumas de suas associadas já enfrentavam homens de outra agremiação (S. PAULO, 1925b). Referimos a Olga Mercado e Nair Mesquita, as quais encararam de igual para igual, em setembro daquele ano, a equipe estritamente masculina do Club das Perdizes. Parece que essa iniciativa do São Paulo Tennis Club motivou os seus adversários a seguirem pelo mesmo caminho progressista de promoção do tênis de mesa feminino, pois, pouco mais de um ano depois, em outubro de 1926, o Club das Perdizes também escalou mulheres para um novo amistoso entre ambos, novidade divulgada com entusiasmo pelo jornal *O Estado de São Paulo* (CLUB, 1926). As jogadoras em destaque foram Cilina Bastos, Alcira Campos, Nair de Mesquita e Maya.

Vale ressaltar que, apesar de romperem com alguns tabus acerca dos sexos, os dois clubes eram extremamente elitizados, visto que não participavam de campeonatos abertos e buscavam sempre promover encontros entre pessoas de um mesmo grupo socioeconômico. A diferenciação social continuava sendo a tônica daquele início de século XX, de modo que tanto o São Paulo Tennis Club quanto o Club das Perdizes preferiam não se envolver nas partidas oficiais da Liga Paulista e da Associação

Paulista, ambas entidades regulamentadoras do tênis de mesa⁶. Eram tempos em que o amadorismo — um código de conduta oriundo dos valores britânicos em voga na época vitoriana — significava a expressão máxima dos bons costumes. Sendo assim, as práticas esportivas nos clubes mais endinheirados eram cheias de regras de etiqueta. O esporte em si não deveria ser encarado como uma profissão que gerasse qualquer tipo de retorno financeiro, mas, sim, divertimento de cavalheiros e damas que buscavam, antes da vitória, a confraternização entre semelhantes e o reconhecimento moral. Em suma, buscava-se passatempos diferenciados e associados à nova moda, cujo envolvimento era distintivo e, portanto, marcava uma forma de poder se “mostrar” (LUCENA, 2001). As jogadoras de tênis de mesa tinham intenções bem claras: embelezar seus corpos e afirmar sua superioridade de classe por meio dos elegantes gestos reproduzidos naquele esporte que, graças à influência das elites europeias, possuía um *status* civilizador. Ademais, diante da inexistência de políticas públicas que promovessem a inclusão feminina nos esportes em geral, as próprias famílias apoiavam atividades como o tênis de mesa, pois acreditavam que estas seriam benéficas ao desenvolvimento pessoal das jovens (RUBIO; VELOSO, 2019).

Apesar dos episódios mencionados nos parágrafos anteriores, ainda faltava o principal: uma competição destinada exclusivamente às mulheres, tal qual sempre ocorria com os homens desde a chegada do tênis de mesa a São Paulo. Em setembro de 1927, quem organizou algo do tipo foi o Imperial Club, responsável por promover, segundo as buscas dos pesquisadores, o primeiro torneio de duplas para mulheres, cuja

⁶ Os jornais da época sugerem que a Liga Paulista de Pingue-Pongue e a Associação Paulista de Pingue-Pongue eram entidades que rivalizavam na regulamentação da prática de raquetes em São Paulo. O perfil dos seus filiados era distinto dos clubes elitizados que promoviam disputas femininas, visto que tais ligas abarcavam clubes das classes médias alta e baixa, constituídos em partes por imigrantes europeus e seus descendentes inseridos nas fábricas dos centros urbanos.

primeira partida foi disputada entre Olga Faria e Yolanda contra Esther Mendes e Esther Wendel (IMPERIAL, 1927).

Os acontecimentos descritos, até aqui, apontam que o tênis de mesa feminino havia superado importantes obstáculos no decorrer dos anos 20: jogadoras de clubes elitizados da capital paulista participaram ativamente de campeonatos internos com outros homens, além de terem seus feitos repercutidos em jornais de alta circulação. Tais avanços, presentes no embrionário campo esportivo e em diversos setores da sociedade, tinham relação com os sintomas do pós-guerra (1914-1919), quando, as mulheres se libertaram da esfera privada e adentraram na esfera pública. Soma-se a isso, o agitado contexto social da cidade de São Paulo: estava em curso um desenvolvimento industrial inédito, o advento de novas tecnologias, a urbanização das cidades e a chegada da mão de obra imigrante, sintomas de um incessante desejo de modernização, cujas características abriam caminho a novas possibilidades para as mulheres. Antes tidas como única e exclusivamente responsáveis pelas ocupações do lar, agora embarcavam nos trilhos da metropolização paulista, podendo acessar novas profissões, novas maneiras de se vestir, portar e, porque não, novos divertimentos e meios de sociabilidade. Os próprios esportes eram expressões disso, no Brasil e no mundo. De todo modo, exceções da elite à parte, não seria exagero dizer que mulheres esportistas eram consideradas transgressoras.

Dos Clubes Privados às Agremiações Universitárias (1930-1939)

A década de 30 foi marcada pelo início de um movimento voltado à esportivização feminina nos grandes centros urbanos do Brasil, tais como São Paulo. Eventos inéditos foram sediados na capital paulista, cabendo citar o primeiro campeonato feminino de bola ao cesto, disputado com as mesmas regras dos homens e

duração de quatro períodos de dez minutos, e também os Jogos Femininos do Estado-SP, o que reforçou a ampliação da participação das mulheres em vários segmentos sociais (OLIVEIRA; CHEREN; TUBINO, 2008). Além disso, outro marco importante para a história das atletas brasileiras se deu com a estreia nos Jogos Olímpicos de Verão. Na edição de 1932, sediada em Los Angeles, a nadadora paulista Maria Lenk foi uma pioneira em tempos onde as mulheres costumavam prestar assistência ao invés de competirem nas atividades esportivas (GOELLNER, 2005c).

Em relação ao tênis de mesa feminino, o perfil dos clubes que apostavam em disputas para ambos os sexos era o mesmo da década anterior, ou seja, agremiações com adeptos numerosos do tênis de campo, fato que explica o incentivo para com as mulheres também no tênis de mesa, dadas as suas semelhanças culturais. O São Paulo Tennis Club, tão atuante na década passada, seguia ativo na promoção de eventos sem distinções de sexo. Em parceria com o Club das Perdizes, em fevereiro de 1930 a agremiação promoveu um campeonato que colocou em disputa a taça “Animação”, a ser entregue para a equipe que vencesse todas as partidas (JOGOS, 1930). O diferencial estava nas terceiras turmas, visto que tinham como integrantes homens e mulheres, o que era recebido com grande entusiasmo pelo quadro social dos dois clubes. Com certa normalidade, ambos passariam a promover campeonatos de equipes mistas, constituídas por três homens e duas mulheres.

Um episódio curioso se deu em abril daquele mesmo ano, protagonizado pelo Club das Perdizes. Um desafio entre os homens da terceira turma e as mulheres da primeira turma ocupou as páginas do jornal *Estado de São Paulo*, tendo como resultado a acirrada vitória de Levy, Ignacio, Guilherme, Loehi, João e Fábio, contra Albertina, Carmita, Maria do Carmo, Magdalena, Irene e Lourdita. A notícia, entretanto, dá a entender que já havia acontecido um confronto no

passado, com vitória das mulheres: “o desfecho foi favorável aos representantes masculinos, que se desforraram do revés sofrido há tempos” (OS RAPAZES, 1930, p. 10). Isso parece significar que a revanche foi vencida pelos homens, mas o placar geral estava empatado. A mesma notícia dizia que em breve um novo encontro definiria a questão. Embora os pesquisadores não tenham encontrado maiores informações sobre a tal partida de desempate, pouco importa quem venceu ou quem perdeu, mas o modo como a história é contada. A utilização da palavra “desforra” é importante pois significa reparação, como se naquele dia algo fora do esperado tivesse sido “consertado”, segundo o jornal.

Alguns clubes inovavam ao organizar campeonatos com disputas separadas por sexo, por exemplo o Tennis Club Paulista. Devido ao grande número de inscritos na sua primeira empreitada, a direção dividiu o campeonato em duas categorias femininas e três masculinas, das quais somavam 21 mulheres e 27 homens (TENNIS, 1930). Está aí um grande exemplo de que as mulheres não apenas se interessavam pelo tênis de mesa, como também participavam das poucas disputas a que tinham acesso.

Outra agremiação era a Associação Esportiva Feminina, responsável por promover campeonatos destinados com exclusividade às mulheres. Suas associadas enxergavam tal avanço com “grande brilho”, provavelmente porque, dado os estigmas envolvendo a figura feminina nos espaços esportivos, a presença massiva de homens era um inconveniente. Não à toa, outras agremiações como o Club das Perdizes e o Centro Gaúcho foram além e começaram a divulgar treinamentos fechados, também permitidos apenas para “senhoritas”. O início da década se mostrava promissor, pois as mulheres participavam de campeonatos e treinamentos de tênis de mesa estritamente femininos, em ambientes nos quais elas gozavam de maior conforto e liberdade.

Um grande avanço foi a realização de um campeonato interclubes para equipes femininas e masculinas em 1931, o primeiro desse formato a ter quatro agremiações diferentes participando: São Paulo Tennis Club, Club das Perdizes, Clube Conceição e Tennis Club Paulista (S. PAULO, 1931). No confronto que mais chamou atenção entre as mulheres foi a vitória do São Paulo Tennis Club sobre o Tennis Club Paulista por uma diferença pequena de 6 pontos. Destacam-se na equipe vencedora as jogadoras Olga Mercado, Elisita Nobre e Helena, esta última, era considerada ótima nas bolas de “efeito”. A melhor jogadora da noite era, entretanto, da equipe derrotada: Nair Rocha foi a artilheira com 55 pontos.

A aceitação da figura feminina em esportes como o tênis de mesa seguia acontecendo pelos mesmos motivos das décadas anteriores. Enquanto o futebol, por exemplo, era considerado inapropriado às mulheres, a prática de raquetes atendia aos anseios das classes mais abastadas. Se por um lado o tênis de mesa masculino tornou-se cada vez mais popular em São Paulo, graças à Liga e a Associação que possuíam clubes de diferentes perfis socioeconômicos, por outro as únicas mulheres que praticavam a modalidade eram das elites paulistanas. Somente aquelas que pertenciam a esse privilegiado estrato eram socialmente aceitas no tênis de mesa feminino, afinal, estavam alinhadas com a Europa, continente modelo.

Dando seguimento, 1935 e 1936 foram os anos em que o tênis de mesa menos apareceu nos jornais, razão pela qual houve pouquíssimas notícias a respeito das mulheres envolvidas na prática de raquetes. Apesar disso, sabe-se que o Tennis Clube Paulista seguiu promovendo campeonatos mistos pelo menos até 1939, caminho que as demais agremiações de perfil semelhante também podem ter seguido. Nesse meio tempo, entre 1937 e 1938, as mulheres ocuparam um novo segmento: o do tênis de mesa universitário.

Graças ao engajamento dos próprios estudantes na criação e direção de agremiações exclusivas, é a partir dos anos 30 que o esporte universitário passa a organizar-se em São Paulo (PESSOA; DIAS, 2019). Conseqüentemente, pelo menos desde 1933 o tênis de mesa já movimentava disputas em algumas instituições de nível superior, tais como a Escola Politécnica, que seria incorporada à recém-fundada Universidade de São Paulo em 1934, e a Escola Paulista de Medicina, no seu Centro Acadêmico Pereira Barreto. Àquela altura também já existia uma Liga Acadêmica, com treinos semanais de tênis de mesa e amistosos entre os seus filiados, dos quais participavam apenas homens. Segundo as buscas realizadas para este trabalho, datam de 1937 os primeiros encontros do tipo destinados às mulheres. Em novembro daquele ano, o GAAP (Grêmio Acadêmico Álvares Penteado) e o Centro Estudantino Minerva promoveram um embate exclusivamente feminino. “Belas e elegantes jogadas” de Clara, Maria, Zulmira, Marina e Bertha, todas do GAAP, foram destacadas pelo *Estado de São Paulo* (GRÊMIO, 1937). O nome que mais chamava atenção era o de Bertha, responsável por 40% dos pontos de sua equipe, a qual saiu vencedora com indiscutível superioridade de pontos: 100 a 50. Não à toa o jornal disse que ela tinha tudo para se tornar “uma das melhores jogadoras femininas do popular esporte”.

A título de curiosidade, o Grêmio pertencia à Escola de Comércio Álvares Penteado, fundada em 1902 por Armando Álvares Penteado, reconhecido empresário e cafeicultor cuja família era uma das mais influentes na capital paulista. A instituição, além de pioneira na inclusão das mulheres ao tênis de mesa universitário, seria aquela que, na contramão de suas semelhantes, promoveria frequentemente disputas abertas a ambos os sexos durante a segunda metade da década. Às vezes, o único detalhe a sofrer alterações entre homens e mulheres era o placar: geralmente terminavam em 200 e 150 pontos, respectivamente.

Se hoje ainda há muito o que ser feito para combater a inacessibilidade do ensino superior às camadas mais pobres da sociedade, em meados dos anos 30 o abismo era absurdamente maior. Naquele contexto, estudantes de cursos superiores eram, majoritariamente, filhos das elites econômicas e políticas, de tal modo que possuíam *status* de futuras lideranças da nação (PESSOA; DIAS, 2019). É por isso que, quando não estavam disputando amistosos entre si, o faziam com clubes como os já mencionados São Paulo Tennis Club e o Tennis Club Paulista, agremiações igualmente elitizadas e restritas aos seus semelhantes. Nesse sentido, dois grupos bem distintos dividiam as páginas dos jornais, sem nunca se misturarem: tratava-se do grupo formado por clubes de classes sociais diversas, cujas atividades do tênis de mesa se davam em torno da Liga Paulista e da Associação Paulista, e do grupo formado por universitários e clubes elitizados. O principal diferencial entre si, além é claro do perfil socioeconômico de seus envolvidos, estava no fato de que o primeiro ignorava as mulheres, enquanto o segundo promovia disputas mistas e/ou femininas de tênis de mesa.

Um esforço rumo à aproximação desses dois grupos tão antagônicos se deu em outubro de 1938, quando novamente o GAAP organizou um campeonato interno de duplas mistas destinado a estudantes do ensino superior. Estiveram presentes na primeira turma Bertha e Paradiso, Ignez e Adib, Gilda e Jorge, Kitty e Aldo, Cecília e Leitão, Sônia e Raymundo. Antes das partidas principais, havia partidas individuais preliminares, tais como a revanche entre Bertha, a melhor jogadora da primeira turma feminina, e Adib, o melhor jogador da terceira turma masculina. Nota-se que era normal mulheres enfrentarem homens no GAAP. Porém o tal campeonato de duplas mistas também incluía em sua programação oficial um jogo de exibição entre Ricardo D'Angelo e Rafael Bologna, dois dos melhores nomes da Associação Paulista, principal entidade regulamentadora da modalidade naquele momento. Passados quase um século

desse contato inicial, o saldo é muito positivo: o tênis de mesa das universidades e o tênis de mesa federado caminharam lado a lado a partir de então. Nas décadas posteriores, os principais nomes da prática de raquetes estiveram por protagonizar eletrizantes disputas representando suas instituições de ensino, de modo que o esporte universitário esteve atrelado ao desenvolvimento do esporte profissional. Claro que em meio a tudo isso a recreação e o lazer também estiveram presentes, afinal, a prática de raquetes jamais deixaria de ser um divertimento dos estudantes universitários e dos clubes elitizados.

Enfim, Elas Conquistam o Mundo (1940-1952)

Desde 1937, o tema esportivo passou a ganhar relevância no âmbito federal, pois naquele ano foi criada a Divisão de Educação Física, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, posteriormente reorganizado como Ministério de Educação e Cultura (ALVES; PIERANTI, 2007). Mas o maior dos avanços viria com a entrada da década de 40, quando, após estudos patrocinados pelo Estado, um plano de regulamentação do esporte brasileiro se materializou no Decreto Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Este decreto criou o CND (Conselho Nacional de Desportos) para, oficialmente, colocar o Estado à frente do esporte brasileiro. Toda estrutura de organização esportiva foi alterada, de modo que cada modalidade poderia se vincular a apenas uma confederação em todo território nacional, e que a esta seriam filiadas as respectivas federações estaduais (DRUMOND, 2009).

Alinhando-se aos desdobramentos mencionados no parágrafo anterior, o tênis de mesa tornou-se oficialmente reconhecido pela CBD (Confederação Brasileira de Desportos) em 1942, fato que representou uma verdadeira guinada em seus rumos. Antes disso, chamado de “pingue-pongue”, tratava-se de uma prática de raquetes sem

regulamentação a nível nacional, e cujo formato variava de acordo com a ocasião. A iniciativa partiu de atletas paulistas e cariocas, que traduziram e adotaram as regras da ITTF (Federação Internacional de Tênis de Mesa) nas competições estaduais (CBTM, 2022c), fazendo com que o antigo jogo de salão ganhasse definitivamente o *status* de um esporte federado, o qual gradativamente iria se popularizar em diferentes regiões do país. Uma notícia do jornal *O Correio Paulistano* exemplifica bem o que significou tal transição:

Como uma moderna Fênix, o tênis de mesa surgiu brilhantemente das próprias cinzas daquele arcaico joguinho passa-tempo, para se tornar, repleto de novas energias, na nova e vitoriosa modalidade de educação física que cada vez mais vai se firmando como uma gloriosa realidade no cenário esportivo (NOS DOMÍNIOS, 1941, p. 12).

Entretanto, se o Decreto Lei nº 3.199 parecia solucionar muitos dos antigos problemas experienciados pelo esporte brasileiro, por outro lado ele também foi um retrocesso no tangente à inclusão feminina. De acordo com o artigo 54, as mulheres estavam proibidas de praticar modalidades incompatíveis à sua suposta “natureza”. Embora não tenham sido mencionadas, enquadraram-se nesse grupo modalidades como as lutas e o futebol. O tênis de mesa, graças às suas características socialmente aceitas na época, escapou da censura exercida pelo Estado, mas isso não impediu que as mulheres fossem alijadas de novas competições organizadas pelas federações estaduais, sobretudo em São Paulo.

Na capital paulista, esforços para divulgar o formato atualizado do tênis de mesa eram liderados pelo Centro Associativo Fazenda Estadual, que àquela altura figurava como um clube influente na prática de raquetes, afinal, tinha sido o primeiro do Brasil a adotar mesas com as medidas internacionais (VINHAS; AZEVEDO, 2006). Homens e mulheres do seu quadro social percorreram o estado de São Paulo para fazer demonstrações, cabendo destacar os nomes de Hansi Dulberg e Corina Teixeira Magalhães. O curioso é que essas jogadoras, integrantes de um clube filiado à

Federação Paulista de Tênis de Mesa (antiga Associação Paulista de Pingue-Pongue), continuavam sem participar das competições oficiais organizadas pela entidade regulamentadora, que não oferecia nenhuma categoria feminina. Outras jogadoras de destaque também foram prejudicadas ao ficarem de fora desses eventos, sobretudo aquelas envolvidas nos círculos universitários, cujo representante mais ativo era o GAAP (Grêmio Acadêmico Álvares Penteado).

Tendo se consolidado um grande incentivador do tênis de mesa feminino durante o final da década de 30 e início da década de 40, o GAAP possibilitou um aprimoramento técnico diferenciado em comparação a muitos dos seus concorrentes. Enquanto outros clubes e agremiações tinham jogadoras recreativas e ocasionais, tudo indica que as universitárias “alvaristas” promoviam treinamentos e campeonatos femininos com seriedade e frequência inéditas. Uma ocasião que teve repercussão no jornal *Correio Paulistano* foi o Torneio Aberto organizado pelo GAAP, entre os meses de outubro e dezembro de 1942. Estiveram presentes dez clubes e 137 mesatenistas, distribuídos nas categorias individual, duplas e duplas mistas, sem distinções para os sexos. Na principal disputa das mulheres, uma final “caseira” foi decidida entre Carmelita Sayago e Berta Erlichman, com vitória da primeira por 3 a 2 (TERCEIRO, 1942). Segundo a imprensa, ambas eram consideradas “expoentes máximos” da prática de raquetes em São Paulo.

Oras, diante do que foi dito até aqui, conclui-se que o tênis de mesa feminino estava por transformar-se, pois lentamente a participação das mulheres deixava de ser apenas um modo delicado de distinção social. Perante os olhos da época, era a preservação de supostos traços de feminilidade que seguia legitimando o tênis de mesa feminino, no entanto, os aspectos morais por trás disso começaram a se chocar com a competitividade de alguns clubes e agremiações, como o Centro Associativo Fazenda

Estadual ou o GAAP. As adeptas da prática de raquetes que frequentavam esses locais disputavam categorias exclusivamente femininas, colecionavam troféus e treinavam semanalmente. Isto é, não se tratava, como antes, apenas de mulheres que almejavam corpos sadios e uma maternidade saudável. Já existia também um segmento de mulheres que valorizava o mérito de seus esforços atléticos e alimentava o desejo de vencer.

Em 1946, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a primeira edição do Campeonato Brasileiro, com a participação massiva de paulistas e cariocas nas disputas masculinas. Os donos da casa dominaram as categorias individual, equipes e duplas, demonstrando seu favoritismo. As mulheres, por sua vez, também estiveram presentes, entretanto só puderam disputar a categoria de equipes. Um fato curioso é que nenhuma representante do estado de São Paulo foi inscrita (NOTAS, 1948), algo que se repetiria na segunda edição do Campeonato Brasileiro, desta vez ocorrida em 1948 e sediada na capital paulista. Embora tivesse a participação de cariocas, mineiros, baianos, gaúchos e paulistas nas disputas masculinas, apenas uma delegação enviou jogadoras para as disputas femininas daquela ocasião: o Rio de Janeiro, detentor do título individual com Dinah Bôscoli (CBTM, 2022b). Contraditoriamente, São Paulo sequer inscreveu alguma mulher para o evento que sediou.

Se as cariocas largaram na frente das paulistas no que se refere às competições nacionais, é importante ressaltar que ambas ficaram de fora das estreias internacionais do nosso país. Em 1949, o Brasil disputou pela primeira vez o Campeonato Mundial de Tênis de Mesa, sediado na Suécia, com uma delegação formada exclusivamente por homens (KURDOGLIAN, 1980).

Com muito atraso, ao final da década de 40 as mulheres paulistas finalmente estariam por conquistar o direito de disputar competições oficiais da Federação Paulista de Tênis de Mesa (FPTM). Ao que tudo indica, as categorias femininas só foram

instituídas pela entidade em 1948, ocasião na qual Corina Teixeira Magalhães, do C. A. Fazenda Estadual, sagrou-se campeã paulista, feito que seria exitosamente repetido pela mesma jogadora na edição de 1949 (TÊNIS DE MESA, 1949). Sendo assim, Corina Teixeira Magalhães que, desde 1941, ajudou a implantar a versão atualizada do tênis de mesa com demonstrações ao redor do estado, esperou pelo menos sete anos para poder integrar a FPTM.

Outro feito marcante para as mulheres do tênis de mesa brasileiro seria a participação inédita no Campeonato Sul-Americano de 1949, sediado na cidade de São Paulo. Naquela ocasião, a nossa delegação foi composta pelas paulistas Lourdes Garcia e Corina Teixeira de Magalhães, e as cariocas Dinah Figueiredo, Evelin Muskat, Maria da Nova, Sonia Nobrega, Orcina Oliviere, Orbelina Oliviere e Namea Rangel (DIA 4, 1949). Participaram do evento os seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil, com jogadores e jogadoras distribuídos pelas categorias individual, duplas, duplas mistas e equipes. Após oito dias consecutivos de disputas, as mulheres brasileiras terminaram com a medalha de bronze nas equipes, sua primeira conquista internacional.

Falta, portanto, um último acontecimento para consagrar o recorte histórico a que nos delimitamos: a participação feminina no Campeonato Mundial de Tênis de Mesa, evento de importância máxima da ITTF. A primeira brasileira a disputá-lo foi a paulista Lourdes Garcia, na edição de 1952, ocorrida na Índia (CAMPEONATO, 1952). A jovem foi eliminada na rodada de 32 avos do individual, tendo disputado também as categorias de duplas e duplas mistas.

O pontapé inicial das mulheres brasileiras na história do tênis de mesa internacional foi ofuscado pelos anos seguintes, os quais não seriam nada animadores. Se as décadas de 30 e 40 marcaram o início da participação feminina nos esportes em

geral, as décadas de 50 e 60 vieram para acabar com as expectativas de maior organização e desenvolvimento desse processo (RUBIO; VELOSO, 2019). Não à toa, após a estreia de Lourdes Garcia, apenas homens representaram o Brasil nos Campeonatos Mundiais de 1953, 1954, 1955, 1957, 1959 e 1961 (MARINOVIC; IIZUKA; NAGAOKA, 2006).

Durante grande parte desse período, as mulheres disputaram apenas competições nacionais ou sul-americanas, fato que certamente resultou num atraso técnico das nossas jogadoras em relação aos países com tradição na modalidade, localizados na Europa e Ásia. Soma-se a isso o contexto nacional da época, pois outras reivindicações mostravam-se mais urgentes às mulheres, tais como a luta pela saúde e educação, realçadas após o golpe militar de 64 (RUBIO; VELOSO, 2019). A situação do tênis de mesa feminino só voltaria a melhorar com a chegada das décadas de 80 e 90, momento no qual as melhores jogadoras do país tiveram maiores oportunidades de intercâmbios internacionais.

Considerações Finais

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, objetivou-se construir uma narrativa do tênis de mesa feminino em São Paulo. Por meio de jornais de época, encontramos registros de nomes e acontecimentos que ilustram os primórdios da prática no estado de São Paulo. Das diversas deduções, discussões e limites dos pesquisadores, chegamos a alguns apontamentos que consideramos importantes, tais como a influência da classe social, condição ímpar para a flexibilização das mulheres em atividades físicas consideradas esteticamente belas, e as similaridades culturais com o tênis de campo, onde elas eram participantes ativas desde o século XIX. Deste diagnóstico deduz-se que as jogadoras de tênis de mesa que apareciam nos

jornais do período estudado, embora tenham sido pioneiras, representavam uma parcela elitizada da sociedade paulista. Em outras palavras, todos os clubes por trás das disputas femininas ou mistas divulgadas na imprensa tinham em comum um perfil elitista. Tais mulheres não participavam das competições oficiais organizadas pelas entidades regulamentadoras, como a Liga Paulista, a Associação Paulista e, posteriormente, a FPTM. Desde meados dos anos 10 até a chegada dos anos 30, é possível que suas pretensões não fossem das mais competitivas, e sim alinhadas às expectativas que rondavam a figura feminina na época, isto é, a prática de atividade física como um culto aos corpos saudáveis para a maternidade e à diferenciação social.

Somente nos anos 40 é que a exclusividade dessas expectativas ligadas às classes abastadas seria transformada no tênis de mesa feminino, pois, almejando objetivos diferentes, as jogadoras do C. A. Fazenda Estadual e do GAAP finalmente conseguiram se filiar à FPTM, que àquela altura possuía sete categorias para homens (divisão especial, primeira divisão, segunda divisão, terceira divisão, divisão de estreantes, divisão infantil, divisão juvenil) e nenhuma categoria para mulheres. Como vimos, foram décadas de alijamento até que, em 1948, Corina Teixeira Magalhães tornou-se oficialmente a primeira campeã paulista da modalidade. Tal acontecimento impulsionou a estreia de outras jogadoras paulistas no Campeonato Brasileiro (1950), no Campeonato Sul-Americano (1949) e no Campeonato Mundial (1952). Pode-se inferir que o envolvimento de mulheres das camadas de menor poder aquisitivo era improvável, dadas as características culturais e simbólicas da modalidade, além da inacessibilidade dos clubes que promoviam a participação feminina, pelo menos nas fontes consultadas, até a entrada dos anos 40. É provável, portanto, que uma maior

democratização da prática de raquetes entre as mulheres tenha sido experienciada apenas ao final do período estudado neste trabalho, com maiores desdobramentos nas décadas seguintes.

Não nos deixemos enganar, entretanto, pela falsa impressão de uma equidade entre homens e mulheres alcançada naquele início dos anos 50. A desídia de entidades como a própria CBD para com as mulheres permaneceu sendo a tônica das décadas seguintes, sintomas de uma sociedade que ainda estava muito distante de aceitá-las com naturalidade no campo esportivo. O tênis de mesa não fugiu à regra, pois constituiu-se desde o princípio como uma instituição dominada por princípios sexistas. Enquanto “eles” foram representados por equipes masculinas em campeonatos mundiais desde 1949, “elas” só estiveram presentes na mesma categoria em 1963, tendo ficado de fora de diversas edições do evento organizado pela ITTF.

Dada a carência de um aporte teórico sobre o tênis de mesa brasileiro, este trabalho contou com alguns limites, tais como a dificuldade de encontrar produções acadêmicas voltada especificamente à história das mulheres na modalidade. Ainda assim, acreditamos que este trabalho poderá contribuir com o campo esportivo, abrindo possibilidades de novas discussões, críticas e inconsistências acerca dos estudos históricos do tênis de mesa brasileiro praticado por mulheres.

A partir do que foi escrito aqui, alguns temas que teriam muito a agregar são as trajetórias das jogadoras cariocas nas décadas de 20, 30 e 40, bem como a continuidade da trajetória das jogadoras paulistas nas décadas de 50, 60 e 70.

Por fim, este trabalho conclui que os primórdios da prática de raquetes em São Paulo, e provavelmente no Brasil, foram marcados por barreiras impostas pelo sexo biológico e, conseqüentemente, pelo perfil socioeconômico de suas

primeiras adeptas. Os espaços ocupados às custas de muitas reivindicações no período estudado (1902 a 1952) vieram com atraso em comparação a outras modalidades, mas gradualmente resultaram na importante inclusão das mulheres no tênis de mesa regulamentado, universo onde, por quase quatro décadas, sua participação social foi extremamente limitada.

Embora hoje, com nossas jogadoras obtendo resultados inéditos no exterior, seja factível vislumbrar um futuro animador, não podemos negar que as injustiças do passado ainda ecoam no presente. Muito avançou-se, mas tampouco seria exagero dizer que uma postura combativa e transgressora, claro que com manifestações e proporções distintas, segue sendo um requisito mínimo para a participação das mulheres no tênis de mesa regulamentado dos dias atuais. Sendo assim, ao sistematizarmos os primeiros passos dados pelas pioneiras da modalidade, estamos não apenas revisitando o passado, como também olhando para o presente.

REFERÊNCIAS

ALVES, J; PIERANTI, O. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE- eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/bswLZ9wGMF7sFJJ64tHDyNg/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ANNUNCIOS. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 mai. 1902. O Estado, p. 04.

ASSOCIAÇÃO Athletica S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 1915. O Estado, p. 05.

BRASIL. **Decreto Lei nº 3.199**, de 14 de Abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/4/1941, p.7453. 1941.

CAMPEONATO Mundial de Tênis de Mesa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jan. 1952. O Estado, p.10.

CBTM Brasil. Histórico do Brasil. **CBTM**, 2022a. Disponível em: <https://www.cbtm.org.br/conteudo/detalhe/3>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CBTM Brasil. Guia do Tênis de Mesa. **CBTM**, 2022b. Disponível em: <https://www.cbtm.org.br/noticia/detalhe/99173/cbtm-lanca-edicao-atualizada-do-guia-do-tenis-de-mesa>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CBTM Brasil. Linha do Tempo Brasil. **CBTM**, 2022c. Disponível em: <https://www.cbtm.org.br/conteudo/detalhe/4/linha-do-tempo-brasil>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CLUB das Perdizes vs S. Paulo Tennis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 out. 1926. O Estado, p. 06.

DACOSTA, L. **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006. Disponível em: <http://www.listasconfef.org.br/arquivos/atlas/atlas.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

DIA 4 no Rio o Sul-Americano de Tênis de Mesa. **Correio Paulistano**, São Paulo, 25 mai. 1949. Correio, p. 08.

DRUMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. *In*: DEL PRIORE, M.; DE MELO, V. A. (orgs). **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOELLNER, Silvana. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. UFG - Universidade Federal de Goiás. **Pensar a prática**, v.8, n.1 revisada. 65, 2005a. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/106/2275> Acesso em: 22 mar. 2022.

GOELLNER, Silvana. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GOELLNER, Silvana. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira De Educação Física e Esporte**, v.19, n.2, p.143-151, 2005c. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092005000200005> Acesso em: 22 mar. 2022.

GRÊMIO Acadêmico Álvares Penteado vs. Centro Estudantino Minerva. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 nov. 1937. O Estado, p.12.

IMPERIAL Club. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 set. 1927. O Estado, p.09.

INTERNATIONAL Table Tennis Federation. History of table tennis. **ITTF**, 2020a. Disponível em: <https://www.ittf.com/history/documents/historyoftabletennis/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

INTERNATIONAL Table Tennis Federation. Past World Championships Results. **ITTF**, 2020b. Disponível em: <https://www.ittf.com/history/documents/past-world-championships-results/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

JOGOS Anunciados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 fev. 1930. O Estado, p.08.

KURDOGLIAN, A. **Tênis de Mesa, Pingue-Pongue:** técnicas, regras comentadas, ilustrações. São Paulo: CIA. BRASIL Editora, 1980.

LOPES, L. Mulheres passaram 40 anos proibidas por lei de jogar futebol no Brasil. **Jornal da USP**, Editorias - Ciências Humanas, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/mulheres-passaram-40-anos-sem-poder-jogar-futebol-no-brasil/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LUCENA, R. **O esporte na cidade:** aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARINOVIC, W; IIZUKA, C; NAGAOKA, K. **Tênis de mesa:** teoria e prática. São Paulo: Ph Editora, 2006.

MELO, Victor A. de. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n.54, p. 127-152 - 2007.

MELO, Victor A. de. Encontros nas quadras de grama: as mulheres e o tênis no Brasil do século XIX. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.29, n.2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/79300>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NOS DOMÍNIOS do tênis de mesa. **Correio Paulistano**, São Paulo, 6 dez. 1941. Correio, p.12.

NOTAS Cariocas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 4 ago. 1948. Correio, p.08.

OLIVEIRA, G; CHEREN, E; TUBINO, M. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v.16, n.2, p. 117-125, 2008. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/1133/884>. Acesso em: 22 mar. 2022.

OS RAPAZES da 3.a turma vencem a turma principal feminina. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 abr. 1930. O Estado, p. 10.

PESSOA, V; DIAS, C. História do esporte universitário no Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, e 25016, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/82512/52582>. Acesso em: 22 mar. 2022.

RUBIO, K.; VELOSO, R. As mulheres no esporte brasileiro: entre os campos de enfrentamento e a jornada heroica. **Revista USP**. São Paulo, n. 122, p. 49-62, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/162617>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

S. PAULO Tennis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr.1925a. O Estado, p. 06.

S. PAULO Tennis vs Club das Perdizes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 1925b. O Estado, p. 08.

S. PAULO Tennis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 1920. O Estado, p. 06.

S. PAULO Tennis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 mar. 1931. O Estado, p. 08.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

TÊNIS DE MESA e xadrez. **Correio Paulistano**, São Paulo, 29 out. 1949. Correio, p.08

TENNIS Club Paulista. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 abr. 1930. O Estado, p. 09.

TERCEIRO Torneio Aberto de Tênis de Mesa. **Correio Paulistano**, São Paulo, 9 dez. 1942. Correio, p. 08.

UZORINAC, Z. **ITTF 1926 - 2001**: table tennis legends. International Table Tennis Federation, 2001. Disponível em: <https://digital.la84.org/digital/collection/p17103coll23/id/202>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VINHAS, I; AZEVEDO, A. Tênis de mesa. In: DACOSTA, L (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. p. 77-80. Disponível em: <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/59.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

Endereço dos Autores:

Marco Bettine Almeida
Endereço Eletrônico: marcobettine@gmail.com

Gustavo Kenzo Yokota
Endereço Eletrônico: gustavoyokota@usp.br